



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XIX S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATORIO DO AUDITOR	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. GESTÃO DE RISCO	16
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	19
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS	21
6. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS	22
7. DIVIDENDOS	22
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	23
9. TRIBUTOS A RECUPERAR	23
10. INVESTIMENTOS	24
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
12. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	26
15. RESULTADO FINANCEIRO	26
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
17. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO.....	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (“Companhia” ou “IBH XIX”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A IBH XIX é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e detém participação societária de 49% na Essentia PCHs S.A. (“Essentia PCHs”).

A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico (“SPEs”), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A IBH XIX trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a IBH XIX, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião modificada referente aos valores correspondentes inseridos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 em 25 de Abril de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos				Passivos			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	592	2.851	Fornecedores		-	4
Contas a receber de partes relacionadas	6	-	21.918	Contas a pagar a partes relacionadas	6	-	6.358
IRPJ e CSLL a recuperar	8	370	-	Dividendos a pagar	7	101	-
Tributos a recuperar	9	314	218	IRPJ e CSLL	11	270	-
Total do ativo circulante		1.276	24.987	Tributos e obrigações trabalhistas		-	106
				Total do passivo circulante		371	6.468
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	10	360.748	430.284	Capital social	13	349.300	428.300
Total do ativo não circulante		360.748	430.284	Reserva legal		2.268	1.731
				Reserva de lucros		10.085	18.772
Total do ativo		362.024	455.271	Total do patrimônio líquido		361.653	448.803
				Total do passivo e patrimônio líquido		362.024	455.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XIX S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	14	(81)	(71)
Resultado com participações societárias	10	9.711	25.927
Lucro operacional		9.630	25.856
Receitas financeiras	15	1.363	601
Despesas financeiras	15	(1)	(6)
Resultado financeiro		1.362	595
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.992	26.451
Imposto de renda e contribuição social	16	(269)	(104)
Lucro líquido do exercício		10.723	26.347
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	17	0,0300	0,0747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XIX S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>10.723</u>	<u>26.347</u>
Total do resultado abrangente	<u>10.723</u>	<u>26.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XIX S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

		Capital Social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	Nota	298.966	210	2.994	-	302.170
Redução de capital com absorção de prejuízo acumulado de 2022		(4.081)	-	-	4.081	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.347	26.347
Incorporação		154.998	-	-	-	154.998
Redução de capital		(21.583)	-	-	-	(21.583)
Reserva legal		-	1.521	(204)	(1.317)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(6.258)	(6.258)
Dividendos adicionais		-	-	(6.871)	-	(6.871)
Reserva de lucros		-	-	22.853	(22.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		428.300	1.731	18.772	-	448.803
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.723	10.723
Redução de capital	13	(96.000)	-	-	-	(96.000)
Aumento de capital	13	17.000	-	-	-	17.000
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(18.772)	-	(18.772)
Reserva legal		-	537	-	(537)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(101)	(101)
Reserva de lucros		-	-	10.085	(10.085)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		349.300	2.268	10.085	-	361.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XIX S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.992	26.451
Ajustes de receitas e despesas			
Resultado com participações societárias	10	(9.711)	(25.927)
Variações nos ativos operacionais			
Contas a receber de partes relacionadas	7	150	5
Tributos a recuperar	9	(735)	(58)
Variações nos passivos operacionais			
Fornecedores		(4)	(1.541)
Contas a pagar a partes relacionadas		(102)	-
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	11	405	94
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		996	(976)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(241)	(93)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		755	(1.070)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Redução de capital em investidas	6	19.873	-
Recebimento de dividendos	7	81.142	32.099
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		101.015	32.099
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	7	(25.028)	(7.869)
Redução de capital	13	(96.000)	(21.582)
Aumento de capital	13	17.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(104.029)	(29.451)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(2.259)	1.578
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.851	1.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		592	2.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., ("Companhia" ou "IBH XIX") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de fevereiro de 2022, com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. ("IBH XVIII") e como controlador final o Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER").

1.2 Relação de entidades investidas

Em 30 de junho de 2022, juntamente com outra investida (Infraestrutura Brasil Holding XVII ou "IBH XVII") do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP IV"), a Companhia concluiu a operação de compra de 16% das ações da Essentia PCHs S.A. e suas controladas pelo valor total de R\$151.630.

Com a aquisição de 16% em 2022 (detendo 49% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conforme nota explicativa nº 1.3), a Companhia não adquiriu o controle da Essentia PCHs, sendo sua participação classificada como investimento em coligada. Dessa forma, em função da influência significativa exercida pela Companhia, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei nº 6.404/76.

A Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs") atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. Todas essas empresas são autorizadas pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica.

Empresa	Participação da Essentia PCHs		Atividade principal
	31/12/2025	31/12/2024	
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	PCH - Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	100%	PCH - Hidrelétrica
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	PCH - Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	PCH - Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	70%	PCH - Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	PCH - Hidrelétrica

Abaixo a relação das investidas diretas e indiretas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Investida direta

Essentia PCHs S.A.

A Essentia PCHs com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro,

especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Investidas indiretas

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. (“Galheiros”)

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa no 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa no 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da

de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. (“Santa Cruz”)

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passou a ser até 05 de maio de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluente G”)

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas

Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. (“Goiás Sul”)

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passou a ser até 11 de novembro de 2040, e da PCH Nova Aurora, que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passa a ser até 13 de junho de 2045, e da PCH Nova Aurora, que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A. (“Rio PCH”)

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”) de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga, que passou a ser até 14 de agosto de 2039, e da PCH Pedra do Garrafão, que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga, que passa a ser até 26 de janeiro de 2044, e da PCH Pedra do Garrafão, que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A. (“Bahia PCH”)

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande, que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande, que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

1.3 Principais movimentações

Reorganização Societária – Incorporação

Em 2023 ocorreu a primeira reorganização societária, em que ao final da transação, a Companhia passou a deter 32% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 16%), e a IBH XVII passou a deter 68% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 84%).

Em 2024 ocorreu a segunda reorganização societária, de modo que ao final de todos os passos, a Companhia passou a deter 49% da Essentia PCHs (anteriormente 32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e a IBH XVII passou a deter 51% da Essentia PCHs (anteriormente 68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o protocolo de Incorporação (“Incorporação”) da Infraestrutura Brasil Holding XVII-A S.A. (“IBH XVII-A”). Essa sociedade, vinculada à Companhia, foi constituída em 31 de janeiro de 2024 e, em 12 de março de 2024, recebeu um acervo líquido no valor de R\$154.998 da IBH XVII, por meio de Cisão. Posteriormente, o PIER integralizou debêntures privadas na IBH XVII-A e, desta forma, ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o FIP IV – acionista indireto e detentor de 100% da IBH XVII – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. A referida Incorporação foi efetuada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, na data base de 12 de março de 2024, baseado no valor patrimonial contábil. Em decorrência da Incorporação, o patrimônio líquido da Companhia aumentou em R\$154.998, na exata proporção do acervo líquido incorporado, sendo o referido aumento integralmente destinado à conta de capital social, com a integralização de 154.997.681 ações ordinárias em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado.

O acervo líquido incorporado na data da efetivação da incorporação em 12 de março de 2024 está composto abaixo:

Ativo	12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024
Não circulante			
Investimentos	154.998	Capital social	154.998
	154.998	Patrimônio líquido	154.998
Total do Ativo	154.998		154.998

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

Revisadas e vigentes

Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante

Revisadas e não vigentes

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; amplia divulgações sobre riscos, inclusive ESG.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (substitui CPC 26)	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e a de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Partes relacionadas	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025		
Dividendos a pagar	101	101
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	4	4
Contas a pagar a partes relacionadas	6.358	6.358

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades das investidas indiretas da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre essas atividades.

(b) Risco hidrológico

Conforme as regras do setor às usinas das investidas indiretas da Companhia foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, conseqüentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado.

Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física.

Como consequência, períodos de menor hidrologia reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos ($GSF < 1$), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto.

Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas das suas investidas indiretas participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia e suas investidas indiretas.

Para mitigar estes eventuais impactos as investidas indiretas da Companhia têm uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia das investidas indiretas da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas investidas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca

e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, as investidas indiretas da Companhia têm adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético das investidas indiretas da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

(e) Risco de *impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(d) *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(e) *Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado*

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	592	2.851
Contas a receber de partes relacionadas	-	21.918
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado:		
Fornecedores	-	4
Contas a pagar a partes relacionadas	-	6.358
Dividendos a pagar	101	-

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Companhia.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	17	1
Recursos em aplicações financeiras	575	2.850
Total	592	2.851

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro 2024).

6. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição das partes relacionadas

Empresas	Natureza	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Ativo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	Reembolso de despesas	-	-	-	101
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	Dividendos a pagar (i)	-	-	-	6.257
Essentia PCHs S.A.	Dividendos a receber (i)	-	21.918	-	-
Total		-	21.918	-	6.358

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, determinados saldos foram reclassificados para a rubrica de dividendos a pagar, conforme detalhado na Nota Explicativa 7. A movimentação dos exercícios de 2024 e 2025 está apresentada na referida nota.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.078 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024).

7. DIVIDENDOS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando aprovados pelos acionistas, ou quando declarados pela Administração, conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base no lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária vigente, e registrados como obrigação no encerramento do exercício social, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição dos dividendos

Empresas	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. (i)	101	-
Total	101	-

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 6, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar.

(b) Movimentação dos dividendos

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	Essentia PCHs S.A.	Total	IBH XVIII	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	7.392	7.392	997	997
Ingresso	46.625	46.625	13.128	13.127
Liquidação	(32.099)	(32.099)	(7.868)	(7.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21.918	21.918	6.257	6.256
Ingresso	59.224	59.224	18.872	18.874
Liquidação	(81.142)	(81.142)	(25.028)	(25.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	101	101

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Política contábil

O imposto de renda e contribuição social a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
IRPJ e CSLL (i)	370	-
Total	370	-

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes encontravam-se classificados na rubrica de tributos a recuperar, conforme Nota Explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2025, tais saldos foram reclassificados para a rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, visando melhor refletir sua natureza.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
IRRF	312	125
IRPJ e CSLL (i)	-	88
Outros	<u>2</u>	<u>5</u>
Total	<u>314</u>	<u>218</u>

- (i) Parte dos saldos apresentados nesta rubrica em 31 de dezembro de 2024 passou a ser classificada, em 31 de dezembro de 2025, na rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, conforme Nota Explicativa nº 8.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, mas não tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela, não são consolidados.

A Companhia não exerce controle da Essentia PCHs, sendo sua participação classificada como investimento em coligada. Dessa forma, em função da influência significativa exercida pela Companhia, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei nº 6.404/76.

(a) Movimentação dos investimentos

	<u>Essentia PCHs S.A.</u>	<u>Total do investimento</u>
Participação acionária	49%	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	<u>295.984</u>	<u>295.984</u>
Equivalência patrimonial	46.878	46.878
Incorporação (i)	154.998	154.998
Dividendos distribuídos	(46.625)	(46.625)
Amortização mais-valia (ii)	(20.951)	(20.951)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>430.284</u>	<u>430.284</u>
Participação acionária	49%	
Saldos em 01 de janeiro de 2025	<u>430.284</u>	<u>430.284</u>
Equivalência patrimonial	36.398	36.398
Amortização mais-valia (ii)	(26.687)	(26.687)
Dividendos distribuídos	(70.220)	(70.220)
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.027)	(9.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>360.748</u>	<u>360.748</u>

- (i) A Companhia aumentou a participação societária na Essentia PCHs S.A de 16% para 32% devido a Incorporação realizada em 19 de maio de 2023 conforme NE 1.3 (a), sendo que R\$135.308 desse montante incorporado é referente a mais valia paga por diferença de valor justo dos ativos líquidos quando da aquisição da Essentia PCHs. Esse montante é amortizado considerando o prazo das autorizações de cada SPE em uma média de 4% a.a. Durante o exercício de 2024, a companhia aumentou de 32% para 49% a participação societária na Essentia PCHs S.A devido à incorporação realizada em 12 de março de 2024 conforme NE 1.3.

- (ii) O valor de R\$26.687 refere-se à amortização do valor justo no período.

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da investida direta:

Investida direta:

Essentia PCHs	31/12/2025	31/12/2024
Balanco patrimonial resumido		
Participação acionária	49%	49%
Ativo circulante	93.788	118.262
Ativo não circulante	682.937	563.870
Passivo circulante	90.140	131.071
Passivo não circulante	643.133	419.966
Patrimônio líquido	43.452	131.095
Demonstração de resultado resumida		
Lucro líquido	73.697	102.829

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	270	-
	270	-

12. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia não possui ações, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como prováveis ou possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 349.300 (R\$ 428.300 em 31 de dezembro 2024), dividido em 348.289 (428.300 em 31 de dezembro 2024) ações, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 01 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 96.000 restituído aos acionistas.

Em 16 de novembro de 2025, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 17.000.

A Companhia não possui um limite de ações autorizadas.

A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2025		
	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
Acionistas			
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	100%	348.289	349.300
Total	100%	348.289	349.300

	31 de dezembro de 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
Acionistas			
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	100%	428.300	428.300
Total	100%	428.300	428.300

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	81	70
Outras despesas operacionais	-	1
Total	81	71

15. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Despesa financeira		
IOF	-	(5)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total das despesas financeiras	(1)	(6)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.347	592
Outras receitas financeiras	16	9
Total das receitas financeiras	1.363	601
Resultado financeiro	1.362	595

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes dos impostos	10.992	26.451
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(3.737)	(8.993)
Despesas permanentes não dedutíveis	6	-
Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	11	(7.105)
Redutor adicional de 10%	23	-
Resultado de equivalência patrimonial	3.302	15.939
Compensação de prejuízos anteriores	126	55
Encargo fiscal	269	104
Corrente	269	104
Despesa de IRPJ e CSLL	269	104
Alíquota efetiva	(2%)	(0,39%)

Na Companhia, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$23.868 (R\$24.230 em 31 de dezembro de 2024), que também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. O saldo de diferenças temporárias acumuladas na Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$31.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

17. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	10.723	26.347
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	357.848	352.506
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	0,0300	0,0747

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3